

Reativação da economia depende de solução política

Einar Alberto Kok (*)



A sociedade brasileira vive hoje uma expectativa de recuperação que se manifesta, em dois níveis: de um lado, assistimos à mobilização popular reivindicando a recuperação plena da vida democrática; de outro, assistimos ao debate em torno da recuperação da economia, que é uma aspiração de todos nós. Esses dois processos correm paralelamente, dirigindo até que se entrelaçam e que há um horizonte comum, pois será difícil reverter o processo recessivo num clima de pessimismo. A questão que me parece fundamental é se estamos diante de indícios seguros de uma recuperação econômica efetiva ou se a expectativa aguçada estaria precipitando algumas conclusões mais otimistas.

Desde janeiro, os índices da FIESP e da FIBGE têm mostrado sinais de que a indústria parece estar entrando finalmente em fase de recuperação, depois de anos de queda persistente. No primeiro trimestre de 1984, o indicador do nível de atividade da indústria paulista registrou crescimento real de 2,5%, comparado com o primeiro trimestre de 1983. Esse indicador levantado pela FIESP, no entanto, inclui o efeito do aumento do consumo industrial de eletricidade. E esse aumento é devido principalmente à substituição do consumo de outras formas de energia e não à expansão da demanda global líquida de energia pela indústria. Por isso, é preferível medir a reativação pelo comportamento das vendas da indústria, cujo crescimento, no período, foi de 1,1%. É uma reativação pequena, mas, de qualquer forma, um dado positivo que as estatísticas não mostravam há muitos meses.

O que não está claro, ainda, é se essa reativação — apesar de se ter mantido sem recuos durante os primeiros cinco meses do ano — tem condições de persistir por muito mais tempo.

Uma observação, que para muitos é uma contradição, é o fato de as vendas da indústria estarem mostrando algum crescimento real e, ao mesmo tempo, os indicadores do comércio e a arrecadação do ICM mostrarem acentuado declínio. Trata-se de resultado que se poderia esperar da política de ajustamento a que a economia brasileira está submetida. Por essa política, o produto cresce, mas não a renda. Pela compressão das rendas pessoais, a demanda interna é comprimida, caindo, portanto, a participação do consumo e do investimento na formação do produto.

Em contrapartida, a participação das exportações de produtos industrializados passa a ter peso muito maior. Aumentou, entre 1982 e 1984, a participação das exportações no faturamento da indústria paulista de transformação. Em alguns ramos, como a indústria de papel e a indústria siderúrgica, o coeficiente de exportações quase duplicou em menos de dois anos. Nos ramos em que as exportações pesam pouco, as vendas reais tiveram quedas acentuadas (indústria de minerais não-metálicos, de materiais plásticos e mobiliário, por exemplo).

O setor agrícola é o único em que se nota certa recuperação. De outubro de 1983 para cá, as vendas de bens de capital à agricultura vêm reagindo. A impressão que isso pode dar é de que a situação da indústria de bens de capital está melhorando. Por enquanto, porém, não se pode ter certeza de que a reativação deste segmento de demanda de investimentos vai demorar muito tempo. Muitas dessas compras, como é o caso de tratores agríco-

las, devem ser, basicamente, aquisições para fins de reposição de capital. Além disso, é preciso observar que os investimentos na agricultura são normalmente uma parcela muito pequena na formação bruta global de capital fixo.

Nos demais setores, não vemos, a curto prazo, nenhum indício de aumento do nível de investimento. A indústria de construção mantém-se no seu nível mais baixo; a indústria de transformação, com raras exceções, não mostra sinais de retomada próxima dos investimentos; e, no setor de obras públicas, o pouco que se pode esperar de reativação será mais de caráter emergencial do que reativação programada a longo prazo.

Em relação ao consumo interno, devido à interrupção do fluxo de capitais e ao peso dos juros da dívida externa, que passou a ser sustentada em grande parte pelo superávit comercial, houve, já em 1983, uma drenagem líquida de recursos reais para o exterior equivalente a cerca de 2% do PIB. O mesmo está ocorrendo neste ano: o produto interno cresce, por efeito de aumento das exportações e substituição das importações, mas a renda nacional não tem condições de aumentar, inviabilizando-se qualquer tentativa de aumento do nível real do consumo.

Está havendo, é verdade, alguma recuperação do nível de emprego. A indústria paulista reabsorveu li-

quidamente 23,6 mil empregos de janeiro a maio. Porém, a renda pessoal disponível para consumo continua caindo, em termos reais, quer por efeito da própria compressão da renda, quer por influência das medidas que forçam o aumento da poupança doméstica. O aumento da oferta de empregos não é suficiente para compensar a redução da massa real de salários.

Para o próximo ano, o que se pode prever é essa mesma tendência: crescimento do consumo e do investimento bem próximo a zero, não obstante o pequeno crescimento do produto. Somente uma renegociação externa que inclua a possibilidade de capitaliza-

ção de parte dos juros da dívida poderá criar condições de crescimento persistente, se até lá a inflação externa já estiver dominada.

Retomamos, assim, a outra linha de expectativa, que conduz para o terreno político a possibilidade de uma retomada persistente e duradoura: nossa esperança é de que o Brasil venha a ter um governo democrático, possibilitando condições políticas de barganha, que poderão tornar bem menos rígida a estratégia de ajustamento a que atualmente está submetida a economia brasileira.

(*) Secretário da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.